



Revista de Economia e Agronegócio - REA
ISSN impresso: 1679-1614
ISSN online: 2526-5539
Vol. 15 | N. 2 | 2017

EDITORIAL

PRODUTO INTERNO BRUTO DO AGRONEGÓCIO E A CRISE BRASILEIRA

Geraldo Sant'Ana de Camargo Barros*
Nicole Rennó Castro*

*Escola Superior de Agricultura "Luiz de Queiroz" (ESALQ), Universidade de São Paulo (USP); Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (CEPEA), Piracicaba, São Paulo, Brasil.

E-mail: gscbarro@usp.br; nicole.renno@cepea.org.br

O Brasil está mergulhado numa crise múltipla – econômica, fiscal, social, de segurança, política e de corrupção. Uma “tempestade perfeita” desabou sobre o país e, mesmo que venham surgindo alguns sinais esparsos de controle da situação econômica, não está claro que a crise não possa se aprofundar ainda mais. De qualquer forma, os efeitos da crise serão sentidos ainda por muitos anos.

Parece evidente que a preocupação maior com os efeitos dessa crise multidimensional e complexa deve recair sobre o bem-estar da maioria da população, tipicamente pobre, vivendo na margem da subsistência. Com as áreas de saúde e segurança extremamente precárias e sem perspectivas de melhora no curto prazo, destaca-se aqui a segurança alimentar desse grande contingente da população como um objetivo que pode ser alcançado e sustentado. De modo mais amplo, fornecendo alimentos, fibras e energia em quantidades adequadas e a preços acessíveis a uma população de baixa renda, uma importante dimensão do bem-estar estará garantida. Essa é uma função prioritária do agronegócio num país de características como as do Brasil. A sociedade brasileira fez por quatro décadas investimentos significativos na agricultura brasileira. Desde esse período, a sociedade vem colhendo retornos desses investimentos: produção crescente a preços decrescentes ou estáveis (BARROS, 2010) e moeda estrangeira abundante e barata (BARROS, 2016).

Nos 20 anos que se seguiram ao Plano Real (1995-2014), o PIB da agropecuária brasileira, em volume, cresceu em média 3,9% ano, suficiente para mais do que dobrar. Durante esse período, os preços reais da agropecuária apresentaram leve tendência de queda, mesmo considerando a fase que ficou conhecida como *boom* das *commodities* no mercado internacional (BARROS, 2016). Não se pode esquecer, todavia, o grande salto havido nas duas décadas anteriores: os preços agropecuários chegaram a 1995 com uma queda real de 60% em relação a 1975, enquanto a produção dobrava (BARROS, 2010). Evidentemente, tais resultados somente se explicam por aumentos substanciais de produtividade (GASQUES et al., 2011) com consequente redução de custos. Essa capacidade de a agropecuária brasileira suportar a volatilidade de preços e crescer mesmo sob condições de mercado desfavoráveis caracteriza a chamada resiliência do setor, que tem sido altamente funcional para o país.

Esse desempenho altamente positivo da agropecuária se reflete também nos demais segmentos do agronegócio como um todo, cujo crescimento médio anual alcançou 2,7% ao ano entre 1995 e 2014. Esse crescimento mais lento do conjunto do setor foi devido ao segmento agroindustrial, com 1,9%. A agroindústria está, do ponto de vista macroeconômico, enquadrada no setor de indústria de transformação, que vem sofrendo um encolhimento relativo no Brasil, o que tem sido caracterizado como um processo de desindustrialização. No caso da agroindústria, o problema é menos sério, todavia.

O fato de que a agroindústria não tem acompanhado o ritmo da agropecuária pode ser explicado por sua menor competitividade. Falta à agroindústria a resiliência do segmento primário. Por causa das dificuldades de exportar produtos de maior valor agregado a países de maior renda, em decorrência do forte protecionismo e diante da frequente tendência de valorização do câmbio no Brasil, tem sido difícil para a agroindústria acompanhar o ritmo da produção de matérias-primas pelo produtor rural. Assim, torna-se premente que o país seja mais ativo e eficiente nas negociações internacionais com países de renda mais alta, podendo vir a explorar mais amplamente o potencial do seu agronegócio, cuja raiz, a agropecuária, é altamente competitiva.

O agronegócio é um setor estratégico que representa perto de 20% do PIB brasileiro e empregou 21% da população ocupada em 2015 (CEPEA, 2017), respondendo por 46% das exportações de mercadorias. Em 2016, segundo BRASIL (2017), o saldo comercial brasileiro foi de US\$48 bilhões e não fora o agronegócio, teria havido um déficit de US\$24 bilhões. Num cenário como o esperado para os próximos anos, o agronegócio poderá ser a alavanca para garantir algum crescimento – ainda que baixo – da economia brasileira.

Talvez mais importante, o crescimento da produção agropecuária com estabilidade de preços foi e continuará sendo determinante para aumentos do salário real e redução da pobreza, fenômenos que tiveram lugar no período de vinte anos, posteriormente ao Plano Real. De fato, o percentual de pobreza caiu de 35,1% para 13,3% de 1995 a 2014 (INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA, 2017). O salário mínimo real cresceu 130% nesse mesmo intervalo de tempo, depois de uma queda praticamente contínua de 35 anos (IPEA, 2017). No caso geral do rendimento real do trabalho, entre 2002 e 2014, houve aumento de 22%. Conforme Barros (2016), 18% desse montante (ou 83% do aumento de rendimentos) pôde ser absorvido pelos empregadores sem aumentos de custo. Ou seja, grande parte desse aumento se explica pelo crescimento contido do IPCA – em relação ao qual ocorreram os aumentos de rendimento – em comparação aos preços aos produtores – medido pelo Deflator do PIB. Desde 1995, o índice ao consumidor cresceu, em média, 1,4% ao ano abaixo do índice ao produtor.

Conforme argumenta Barros (2016), o bom comportamento dos preços agropecuários mesmo diante dos aumentos de rendimentos do trabalho – com conseqüente forte expansão de demanda – materializou-se, em grande parte, em razão de uma valorização cambial de grande porte: de quase 60% entre 2003 e 2011. Essa valorização, por um lado, não permitiu que as altas de preços internacionais de commodities fossem repassadas significativamente ao mercado interno, o que, aliás, não desestimulou as exportações. Por outro, barateava substancialmente as importações de bens industriais de consumo, segurando seus preços, contribuindo para manter a inflação ao consumidor relativamente baixa. Bens de investimento também tiveram suas importações aumentadas em compatibilidade com o crescimento econômico da primeira década do século. O fato de as exportações do agronegócio e de minérios terem se mantido em forte crescimento garantia, ao lado dos fluxos financeiros atraídos pelos juros domésticos altos, farto suprimento de dólares baratos, fato que ficou conhecido como “Bonança Externa”, e trouxe significativos benefícios para a sociedade brasileira.

Recentemente, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) reajustou seus dados relativos às Contas Nacionais para o ano-base de 2010 e, no momento, o Cepea/Esalq/USP está complementando a compatibilização de sua metodologia de cálculo do PIB do agronegócio às mudanças efetuadas por aquele instituto. As novas estatísticas do Cepea/Esalq/USP, de 2010 a 2017, permitem um exame do desempenho do setor nesse período mais recente bem como uma prospecção das suas perspectivas de curto prazo.

A nova estimativa do PIB do agronegócio, ainda não publicada, considerando os ajustes a partir de 2010, é de R\$ 1,2 trilhão para

2016, representando 19% do PIB brasileiro. O segmento primário (agropecuária) foi responsável por 26% do PIB do setor. A agroindústria de processamento representou 32% e a de insumos, 5%. Como na economia como um todo, o predomínio na formação do PIB do agronegócio é do segmento de agrosserviços, com 38%.

Durante os cinco anos compreendidos entre 2010 e 2015, o PIB do agronegócio cresceu à taxa anual de 0,7% em volume, resultado do avanço mais forte da agropecuária, com 2,8% ao ano, e de um recuo da agroindústria de 0,7%. O segmento de insumos cresceu a 1,2%. Os agrosserviços, vinculados ao conjunto do setor, tiveram uma pequena alta de 0,35% ao ano. Ressalta-se que a desindustrialização brasileira tem sido bem menos intensa na agroindústria de processamento, pois de 2010 a 2016, a participação dela no total da indústria de transformação cresceu de 27% para 35%.

Além da evolução do PIB-volume, que não contempla o comportamento dos preços, o Cepea/Esalq/USP também mede o comportamento do PIB-renda, em que os preços reais são usados para avaliar a produção. Ou seja, o PIB-renda mede a renda real gerada pelo setor: do PIB nominal, é descontada a evolução do deflator do PIB total do Brasil. Comparando o deflator do agronegócio (ou de um de seus segmentos) com o deflator do PIB total, tem-se o comportamento dos preços relativos do setor e seus segmentos. Pelo lado do PIB-renda, o agronegócio teve desempenho pior entre 2010 e 2015, tendo caído 0,3% ao ano contra uma alta de 0,7% ao ano em volume, como mencionado. Esse resultado indica que os preços relativos do agronegócio caíram 1% ao ano. Para a agropecuária, especificamente, a queda de preços relativos foi maior: 3% ao ano.

A inflação anual média do agronegócio (medida pelo deflator do seu PIB) de 2010 a 2015 foi de 6,8%, enquanto a inflação do PIB total brasileiro alcançou 7,9%. A inflação da agropecuária (ao produtor rural) foi de apenas 4,7% ao ano. Não há como atribuir ao agronegócio ou à agropecuária responsabilidade pelos altos níveis de inflação observados no período. Ao mesmo tempo, a inflação ao consumidor, medida pelo IPCA, foi, em média, de 6,2% ao ano. A taxa do IPCA do subgrupo de alimentos e bebidas foi de 8% ao ano. O grupo que conteve o crescimento do IPCA foi o dos bens de consumo comercializáveis, com expansão de apenas 4,9% ao ano, aí incluídos os bens industriais. Já o IPCA de serviços apresentou taxa de 7,9% (no conjunto dos não comercializáveis, com 7,4%).

Embora a divergência entre o IPCA e o deflator do PIB esteja ainda em discussão (SCHYMURA, 2017; BASTOS; ARAÚJO, 2017), pode-se deduzir que o IPCA tem sido influenciado mais fortemente por, de um lado, alimentos e bebidas e, de outro, pelos não comercializáveis. Carrara e Barros (2016; 2017) verificaram que o IPCA é influenciado

pelos choques de preços tanto das commodities agrícolas como dos hortifrutícolas, num processo que se sustenta e se multiplica em razão da forte indexação que ainda persiste na economia atual: um choque de oferta, mesmo que temporário (e não seja captado nas médias anuais de preços), é retroalimentado na inflação via indexação. Outra fonte de inflação tem sido detectada no setor de não comercializáveis, cujos preços não sofrem a concorrência das importações e que são os mais influenciados, do lado dos custos, pelos reajustes reais do salário. O combate à inflação via taxa de juros é focado nesses bens, serviços, principalmente, segundo Giovannetti (2013). Tem ficado claro que a efetivação desse objetivo, diante desses dois tipos de choques, pode provocar profunda recessão por um longo tempo, com um alto custo social, portanto.

O ano de 2016 foi de queda importante no PIB-volume do agronegócio, de 3,4% em relação a 2015. A agropecuária caiu 5,8%, e as lavouras, especificamente, 9,4%. Esses desvios maiores da tendência de crescimento do agronegócio quase sempre são explicados por questões climáticas e sanitárias. Em 2016, não foi diferente. Como resultado, o deflator do PIB do agronegócio sofreu uma alta de 20,3% e o da agropecuária, de 32%. Confrontando-os com o deflator do PIB total, calcula-se que os preços relativos do agronegócio tenham subido 11% e o da agropecuária, 22%. O IPCA de alimentos e bebidas aumentou 12,5% nas médias entre 2015 e 2016, enquanto o IPCA geral cresceu 6,3%, contido pela escalada da taxa de juros e do desemprego sobre a demanda, atingindo inclusive o segmento de serviços, cujo IPCA vem se desacelerando nos últimos dois anos.

De qualquer forma, é preciso ter cuidado quando se atribui ao agronegócio a causa da alta da inflação. A elevação dos preços do setor não se deve em geral a uma decisão dos seus agentes, sendo mais correto atribuí-la a choques externos e cambiais ou, como em 2016 e 2012, ao clima ou às pragas e doenças. Notar que, em anos como esses, a sociedade acaba perdendo, em decorrência da menor produção disponível e dos preços mais altos, enquanto os produtores rurais – excluindo aqui os que tenham sido atingidos mais seriamente pela quebra de safra – acabam se beneficiando. O PIB-renda do agronegócio cresceu 7,2% e o da agropecuária, 14,8% entre 2015 e 2016. A safra terminou por ser rentável para os produtores em conjunto, mas prejudicial para a sociedade, em especial para sua parcela mais pobre.

Quanto à safra 2016/17, as melhores expectativas de produção se consolidaram. No atual cenário de produção e mercado, espera-se um crescimento de 2,7% para o PIB-volume do agronegócio e de 11% para o da agropecuária (18,4% para o das lavouras). Para o PIB-renda do agronegócio, projeta-se estabilidade (0,2% de crescimento), com o deflator setorial ficando 2,6 pontos percentuais abaixo do deflator do

PIB total. Já para o PIB-renda da agropecuária, estima-se um crescimento de 14,3%, tendo em conta um crescimento de seu deflator 3,1 pontos percentuais acima da média nacional.

Colocando o agronegócio no contexto macroeconômico do país, pode-se aferir a contribuição esperada desse setor para o crescimento global da economia brasileira em 2017. Já foi dito que o agronegócio respondeu por 19% do PIB total em 2016, logo, confirmando a taxa esperada de 2,7%, aqui apresentada, o impacto na taxa global seria de 0,51%. Esta tem sido uma estimativa frequente feita por analistas e agentes de mercado - como os consultados pelo Banco Central, na pesquisa Focus - para o crescimento da economia brasileira, que, para se compatibilizar com as estimativas aqui apresentadas, dependeria de um crescimento neutro (próximo de zero) dos demais setores. Ou seja, qualquer taxa acima de 0,5% para a economia brasileira ficaria na dependência de algum crescimento positivo na indústria e/ou nos serviços.

Referências

BARROS, G. S. A. C. Política Agrícola no Brasil: Subsídios e Investimentos. In: GASQUES, J. G.; VIEIRA FILHO, J. E.; NAVARRO, Z. (Org.). *A Agricultura Brasileira: Desempenho, Desafios e Perspectivas*. Brasília: IPEA, 2010. v. I, p. 237-258.

BARROS, G. S. A. C. Medindo o Crescimento do Agronegócio: Bonança Externa e Preços Relativos. In: VIEIRA FILHO, J. E. R.; GASQUES, J. G. (Org.). *Agricultura, Transformação Produtiva e Sustentabilidade*. 1. ed. Brasília: IPEA, 2016. v. 1, p. 219-250.

BASTOS, E. K. X.; ARAÚJO, B. C. *Variações na Renda Real não Captadas pelo PIB: Efeito Termos de Troca e Efeito Preços Relativos entre Comerciáveis e Não Comerciáveis – Brasil, 1991-2016*. Brasília: IPEA, 2017. (Carta de Conjuntura, 34).

BRASIL. Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento – MAPA. *Balança Comercial Brasileira e Balança Comercial do Agronegócio: 1997 a 2016*. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/assuntos/relacoes-internacionais/documentos/estatisticas-do-agronegocio/serie-historica-bca-resumida-1997-2016.xls>>. Acesso em: 10 maio 2017.

CARRARA, A. F.; BARROS, G. S. A. C. A influência do preço das commodities no IPCA: uma análise dinâmica por meio da curva de Phillips. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA, 44., 2016, Foz do Iguaçu. *Foz 44 Anpec*. Foz do Iguaçu: Anpec, 2016.

CARRARA, A. F., BARROS, G. S. A. C. A influência do preço dos hortifrutícolas no IPCA: uma análise por meio da curva de Phillips.

Revista de Economia e Sociologia Rural, Piracicaba, v. 54, n. 4, p.751-770, out/dez 2017. [doi:10.1590/1234-56781806-94790540409](https://doi.org/10.1590/1234-56781806-94790540409).

CENTRO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM ECONOMIA APLICADA – CEPEA. *O Mercado de Trabalho do Agronegócio Brasileiro - Resultados Preliminares 2015*. Disponível em <<http://www.cepea.esalq.usp.br/br/documentos/texto/mercado-de-trabalho-do-agronegocio-brasileiro-resultados-preliminares.aspx>>. Acesso em: 10 maio 2017.

GASQUES, J. G.; BASTOS, E. T.; BACCHI, M. R. P.; VALDES, C. *Produtividade e Crescimento da Agricultura*. Brasília: Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento - AGE/CGPE, 2011.

GIOVANNETTI, L. P. L. *Inflação de Serviços no Brasil: Pressão de Demanda ou de Custos?* 2013. Dissertação (Mestrado Profissional em Finanças e Economia) – EESP, FGV, São Paulo.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Ipeadata Dados Macroeconômicos*. Brasília: 2017. Disponível em <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em 10 maio 2017.

SCHYMURA, L. G. Há relevantes questões em jogo na divergência entre o IPCA e o deflator do PIB. *Revista Conjuntura Econômica*, [s.l.], v. 71, n. 4, p. 6-9, abr. 2017.